



Revista Transdisciplinar

Uma oportunidade para o Livre Pensar

Vol. 16 - Ano 8 - Nº 16 – 2º semestre/2020
<http://revistatransdisciplinar.com.br/>

ISSN 2317-8612
www.artezen.org

5 – PROCURA-SE PSICANALISTA SEGURX Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica*

Beatriz Santos**
 Elsa Polverel***

Há cerca de cinco anos, anúncios de pessoas procurando psicólogos ou psicanalistas começaram a surgir com certa frequência numa grande lista de difusão de informações sobre os estudos de gênero na França. Em meio a anúncios de colóquios e chamadas de artigos sobre estudos feministas, estudos de gênero ou sexualidade, podiam-se ler mensagens como: “Procuro umx psicologx ou psicanalista *safe* para uma amiga que sofreu uma agressão sexual na infância; alguém pode me indicar um nome na região parisiense?”. Ou: “Alguém teria o nome de uma psi lésbica que atenda no norte de Paris?”.

Enquanto psicanalistas iniciando nossa prática em Paris e membros participantes das discussões da lista, nos sentimos interpeladas por essas mensagens. Será que o fato de estarmos engajadas em reflexões sobre o feminismo e os estudos de gênero faz de nós psicanalistas feministas? Nossa presença nas manifestações anti-homofobia que aconteceram em Paris no momento da aprovação da lei do *Mariage pour tous* [Casamento para todos] explicita algo da qualidade de nossa clínica? O que quer dizer ser uma *psicanalista safe*, e a quem cabe poder reconhecê-la como tal?

O presente texto é uma conversa sobre essas questões. Ele é um convite para

pensarmos de que modo questões relativas à normatividade sexual aparecem na cura analítica e se podem (ou devem) transformar o trabalho dx analista.

Procura-se psicanalista segurx

O que significa ser umx *psi safe*? – segundo a nomenclatura usada nos grupos de discussão onde ela aparece. A definição proposta pelo site *Psysafe*, criado por profissionais da saúde mental (psicólogos, psicanalistas ou psiquiatras – ou *psys*, como são chamadx na França) estabelece que o ou a *psi safe* é o ou a profissional capaz de receber pessoas cujas identidades e orientações são consideradas marginalizadas – o que inclui a população LGBTQI, trabalhadorxs do sexo e todo sujeito que sofre discriminações sistêmicas específicas. A intenção de criar uma lista com nomes de psicólogos, psicanalistas e psiquiatras tidos como *safe* – ou “seguro”, em inglês – se baseia assim na percepção de que uma parcela da população é vítima de preconceito e de discriminações dentro dos espaços da clínica e que tal população poderia se beneficiar do que é compreendido como um gesto político da parte dxs analistas: assumir uma postura “politicamente não neutra e que leva em conta, para além do sujeito, as realidades opressoras do campo social”^[1].

* Artigo publicado com autorização da Revista Lacuna. Para busca da publicação original: SANTOS, Beatriz; POLVEREL, Elsa (2016) Procura-se psicanalista segurx. Uma conversa sobre normatividade e escuta analítica. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n.-1, p. 3, 2016. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2016/05/22/normatividade-e-escuta-analitica/>.

****Beatriz Santos** é psicanalista e doutora pelo departamento de Estudos Psicanalíticos da Université Paris Diderot.

*** **Elsa Polverel** é psicóloga e doutora em Literatura Francesa pela Université Sorbonne Nouvelle.

Dito de outra forma, trata-se de tentar estabelecer um protocolo que garanta (na medida do possível) que discursos e atitudes preconceituosos e homo/bi/transfóbicos não se repitam no consultório, o que quer dizer assumir uma postura de atenção redobrada quanto a representações potencialmente opressoras presentes nas teorias que orientam as práticas clínicas e analíticas.

A ideia é que xs pacientes saibam que “as representações, preconceitos e a falta de informação provenientes do campo social e da qual sofrem na vida cotidiana são (re)conhecidas pelxs profissionais”^[2]. Trata-se de evitar encontros com profissionais que neguem o que tais pacientes vivem como a realidade do preconceito – o ou a analista deve compartilhar da certeza de que determinadxs sujeitos sofrem de um tipo de violência específica, própria a um determinado grupo ao qual foram designados (gays, lésbicas, trans*, negrxs etc.).

Esta definição de umx *psi safe* nos convida a pensar sobre o avesso da ideia que propõe: se existem psis que podemos considerar como *segurxs*, que riscos estamos correndo ao optarmos por analistas que não se descrevem (nem são descritxs) assim? O que caracteriza umx *analista perigosx*? Se seguirmos o raciocínio apresentado no site Psysafe e expresso nas demandas que passamos pela lista de discussão que acompanhamos, umx analista perigosx é aquele que expressa julgamentos normativos sobre xs analisandxs. Trata-se de umx analista cuja escuta estaria excessivamente comprometida pelo ruído das certezas derivadas do regime de normas de seu tempo. Sem manter uma expectativa irrealizável de encontrar o ou a analista sem preconceitos, as pessoas que explicitam a necessidade de encontrar umx profissional *safe* estão em busca de um alinhamento político com quem as escuta.

A mesma lógica que orienta a formação de zonas seguras no ativismo feminista – ou seja, a criação de espaços que se querem capazes de se manter exteriores às relações de força habituais, conforme a definição de Manda Green^[3] – passa a se aplicar à concepção de um espaço analítico, já que “se admite, de modo geral, que os membros de uma minoria visível estão submetidos a uma pressão mais forte – seja ela real ou interiorizada – que os obriga a se posicionar em relação ao grupo dominante”^[4]; a criação

de zonas seguras se justifica como consequência desse posicionamento. Pressupõe-se que a vulnerabilidade diferenciada de certos corpos, certas identidades de gênero e certas orientações sexuais no espaço público se repita da mesma forma dentro dos consultórios. Por essa razão, seria necessário que psicanalistas se engajassem na construção de zonas seguras da mesma maneira que xs participantes de organizações políticas, preferencialmente utilizando as mesmas ferramentas que permitem a formação de tais organizações.

Mas como iniciar um trabalho analítico tendo como ponto de partida a certeza de que x analista *garante* (re)conhecer o lugar de onde fala um sujeito? Tal certeza pressupõe a ideia de que é possível determinar quais traços identitários de umx analista (nos) asseguram de que sua escuta será não normativa. E também que, caso tal correspondência pudesse ser estabelecida, isso seria produtivo para a cura que se inicia.

Essas ideias sempre surgem quando alguém nos pede uma indicação de analista homossexual. O pedido invariavelmente nos faz questionar se o fato de que uma analista seja lésbica, por exemplo, atesta que, durante as sessões, sua atenção seja flutuantemente não homofóbica. Por um lado, estamos cientes da importância de pensarmos as experiências analíticas em termos de saberes situados, segundo a terminologia proposta por Donna Haraway – ou seja, como produzidas e pensadas por um sujeito radicalmente contingente historicamente e cujo relato é construído sob uma perspectiva obrigatoriamente parcial^[5]. Mas também entendemos que não é possível assumir que determinadas características de umx analista se traduzam, de maneira direta, em formas de ouvir. Isso equivaleria a ignorar a singularidade da análise como um *trabalho específico* que se dá em determinada cura e em nenhuma outra.

Normas suspensas, normas suspeitas

Em uma entrevista recente que realizamos com Judith Butler e Monique David-Ménard, abordamos diretamente essa questão, traduzida nos termos seguintes: de que modo as normas sociais exercem um impacto sobre o trabalho do analista? Referindo-se à sua prática de psicanalista,

David-Ménard questionava Butler quanto à possibilidade de que uma escuta *deliberadamente* não normativa possa existir:

[é muito interessante falar da minha clínica,] mas tenho a impressão de que não é possível fazer duas coisas ao mesmo tempo: penso que *ou nos atemos ao trabalho do normativo no social, ou examinamos as situações subjetivas com os instrumentos próprios à transferência e à análise*. Mas a junção dos dois trabalhos é sempre muito difícil^[6].

Para David-Ménard, podemos concordar quanto ao argumento de que todo sujeito se forma em – e através de – um regime de normas específico. Mas não somos capazes, enquanto analistas, de nos entregarmos à escuta do que de singular se produz na fala *ao mesmo tempo* em que analisamos o efeito patogênico das normas de modo geral. Trata-se de duas tarefas distintas que devem ser cumpridas em tempos também distintos.

Temos então, que uma escuta pensada como deliberadamente não normativa não é compatível com o argumento de David-Ménard. Se partimos da ideia de que o trabalho do analista é “tornar os trajetos subjetivos mais facilmente vivíveis, sem fazer nenhuma prescrição”^[7], como ela diz, nenhuma prática analítica pode se referir a uma “normatividade universal” cujo efeito seria o mesmo para todos analisandos. É a essa ideia de invariabilidade do efeito das normas sociais, presente no projeto de uma escuta voluntariamente *safe*, que David-Ménard parece se opor: se os processos inconscientes mobilizados pelo dispositivo analítico são fundamentalmente singulares e inéditos, como seria possível mapear previamente as direções que tais processos podem ou não tomar do lado dx analista?

Na entrevista a que nos referimos, Judith Butler apresenta um ponto de vista diferente sobre essa questão. É certo que a tarefa de articular a escuta do que David-Ménard chama de “situações subjetivas” e o escrutínio do que há de normativo na narrativa do que faz sofrer um sujeito é difícil, reconhece Butler. Para a autora,

Não se pode evitar a dificuldade. Mas (...) poderíamos dizer que *o normativo está suspenso, posto fora do jogo, numa sessão analítica, justamente para que possa ser reintroduzido pelx analisandx*. O roteiro do normativo pode ser reproduzido com todas as suas complicações dentro da sessão. Mas

o que estamos dizendo é que, em relação à norma, é que ela está sempre presente. Devemos colocá-la de lado, mas ela está lá, do lado de dentro [da sessão] (...). Não apenas a colocamos imediatamente de lado: colocá-la de lado é uma prática cotidiana. Ao mesmo tempo em que ela acontece, está sendo transposta à cena analítica.

Para Butler, ainda que a intenção dx analista seja a de permitir que o espaço da análise seja um espaço de suspensão de normas, o normativo sempre reaparecerá na fala dxs analisandxs. Essa afirmação ecoa elementos de sua reflexão sobre a relação existente entre vulnerabilidade, humanidade e efeito de normas. A percepção de uma “presença normativa” na análise é compatível com a ideia butleriana da variabilidade existente entre os graus de vulnerabilidade incorporados por um sujeito. Ou seja: se existem diferenças nos modos como corpos e desejos são considerados viáveis e legítimos numa sociedade, não faria sentido imaginar que tal diferença pudesse se reproduzir na clínica?^[8]

Segundo certos analistas que escrevem sobre a temática da homossexualidade, como Joanna Ryan, por exemplo, a resposta para essa pergunta é afirmativa. Seu trabalho sobre a homofobia dxs psicanalistas afirma a importância de uma reflexão séria sobre o modo como historicamente a psicanálise tratou gays e lésbicas.

Trata-se de examinar as razões pelas quais se constata uma penúria de vozes e teorias dissidentes quanto à homossexualidade – “apesar de, desde os anos sessenta, muitos terem criticado de fora [da psicanálise] as atitudes e as teorias psicanalíticas sobre a homossexualidade, tais trabalhos tiveram pouco impacto no pensamento psicanalítico *mainstream*. (...)”^[9] – com um objetivo preciso: explicitar a relação existente entre i) a disseminação de teorias psicanalíticas que associavam a homossexualidade à perversão e lhe atribuíam um estatuto patológico; ii) o fato de, conseqüentemente, gays e lésbicas terem se mantido distantes dos espaços analíticos; e, finalmente, iii) uma falta de conhecimento da “diversidade e das vicissitudes das homossexualidades”^[10] da parte dxs analistas, já que acabavam encontrando poucos analisandos não heterossexuais.

De acordo com Ryan, a história da psicanálise é, sim, marcada por uma

diferença no tratamento que foi dado a heterossexuais e homossexuais. Diferença perceptível tanto na clínica (através de relatos de analisandxs gays e lésbicas que se confrontaram com a homofobia de seus e suas analistas) quanto na produção teórica (mais preocupada em determinar uma “etiologia da homossexualidade” do que uma etiologia da homofobia, por exemplo). O que quer dizer que, se retomamos o argumento de Butler citado acima, parece existir de fato uma dimensão (hétero) normativa que é introduzida na cura pela fala dxs analisandxs quando esta é ouvida não como a produção de sujeitos ocupando posições subjetivas singulares, mas sim como uma “fala (de) homossexual”.

Encontro, substantivo de gênero indefinido

A procura por umx psi *safe* é uma reação a um sentimento de desconfiança endereçado à psicanálise. Trata-se de um fenômeno que só pode existir em diálogo com um discurso psicanalítico, ainda que este tenha decepcionado ou traído aqueles que tentam encontrar o ou a analista garantidamente segurx. Essxs potenciais analisandxs não compartilham o ponto de vista de críticos como o filósofo Didier Eribon, que insiste na obsolescência da psicanálise e convida todxs a *escapar* dela. Pelo contrário: acreditam que o tratamento psicanalítico possa trazer benefícios e por isso se dispõem a encontrar x profissional que lhes convém.

Não nos surpreende então que essa procura seja um fenômeno comum na França – e, mais especificamente, em Paris. Ele está intrinsecamente ligado à disseminação de ideias psicanalíticas para além do perímetro restrito das Escolas de psicanálise e das universidades. As pessoas que criticam a excessiva normatividade dxs psicanalistas na lista de discussão a que nos referimos já ouviram muitas falas “em nome da psicanálise” em diversos espaços, não só nos consultórios; programas de rádio, tribunas de jornal, entrevistas na televisão são alguns exemplos de meios nos quais se pode escutar cotidianamente a opinião de umx psicanalista sobre assuntos diversos na França.

Num artigo recente sobre as relações entre feminismo e psicanálise, Laurie Laufer

aborda esse assunto ao examinar como, a partir dos anos 1970, a psicanálise francesa passa a se apresentar como campo de saber capaz de estabelecer “perícias de saúde mental”^[11]. Essa atitude da parte da psicanálise – ou de “certos psicanalistas que se consideram os porta-vozes da psicanálise – produziu (muitas vezes de forma justificada) uma certa desconfiança por parte do campo das ciências sociais quanto a teorias etiológicas que normalizam os comportamentos ao medicá-los”^[12]. Segundo Laufer, essa desconfiança é então fabricada pelxs próprixs psicanalistas quando ocupam (indevidamente) a posição de “experts em regras e condutas que devem ser seguidas no domínio da sexualidade”^[13].

Ou seja: parece de fato possível pensarmos que existe uma dimensão de perigo associável às práticas de certxs analistas. Mas, justamente, não se tratam de práticas psicanalíticas, regidas pelo trabalho do inconsciente e orientadas pelas regras que compõem o dispositivo analítico. Esse é o perigo a que se expõem as pessoas cujas identidades e orientações são consideradas marginalizadas (e certamente não só elas): o perigo de serem tratadas, em análise, como se estivessem num espaço onde se produzem perícias e avaliações, e não escuta.

Como passo em direção a uma conclusão, podemos traçar a seguinte ideia: parece-nos evidente que uma discussão sobre os modos como a comunidade analítica reproduz discursos normativos, tanto em sua prática quanto em sua teoria, dentro e fora dos consultórios, segue sendo necessária. Mas talvez a solução para esse problema exija um deslocamento que nem se dá no momento de entrada na análise, nem pode ser de responsabilidade dxs analisandxs.

A dimensão contingente que está em jogo na produção dos laços transferenciais que permitem que uma análise se dê nos afasta da rigidez identitária implícita na definição de umx psi *safe*. “O que acontece num processo analítico”, dizia Pontalis, “escapa aos sujeitos”^[14]. A condição para que uma análise se dê está na suspensão de um saber sobre si e sobre o outro. Nas palavras de Pontalis, analista e analisandx “não são, nem um nem outro, mestres (do processo), o que não quer dizer que estejam ausentes. É por seu estranho encontro, encontro entre dois desconhecidos abertos a seu próprio

desconhecido, que acontece o que acontece”^[15].

Nesse sentido, a ideia de segurança evocada pela demanda de umx psi *safe* instaura uma perturbação nas condições para que aconteça um processo analítico. Ela convida analisandx e analista a se apoiarem sobre um ponto seguro, *safe*, de reconhecimento identitário e afasta assim a possibilidade de que este “estranho encontro” se produza.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith (1990) *Défaire le genre*. Trad. M. Cervulle. Paris: Ed. Amsterdam, 2006.

BUTLER, Judith; DAVID-MENARD, Monique; SANTOS, Beatriz; CREVIER GOULET, Sarah-Anaïs; DEBS, Nayla; POLVEREL Elsa (2015) Judith Butler et Monique David-Ménard: d'une autre à l'autre. *L'Évolution psychiatrique*, 80(2), pp. 317-330, 2015.

GREEN, Manda (2004) Safe space et

représentation substantive: le cas des délégations aux droits des Femmes et à l'égalité des chances. *Raisons politiques*, n. 15, pp. 97-110, 2004/3.

HARAWAY, Donna (1988) Situated knowledges: the science question in feminism and the provolege of partial perspective. *Feminist studies*, vol. 14, n. 3, pp. 575-599, Autumn 1988.

LAUFER, Laurie (2014) La psychanalyse est-elle un féminisme manqué?. *Nouvelle revue de psychosociologie*, n. 17, pp. 17-29, 2014/1.

PONTALIS, JB (1997) *Ce temps qui ne passe pas*. Paris: Gallimard.

RYAN, Joanna (2001) “Can psychoanalysis understand homophobia?” In: In: DEAN, Tim; LANE, Christopher. *Homosexuality and psychoanalysis*. Chicago: University of Chicago Press; pp. 307-321.

PSY* SAFES ET INCLUSIFS. Disponível em: <<http://psysafeinclusifs.wix.com/psysafe>>. Último acesso: 19/05/2016.

Notas:

^[1] GREEN, Manda (2004) Safe space et représentation substantive: le cas des délégations aux droits des femmes et à l'égalité des chances. *Raisons politiques*, n. 15, p. 103, 2004/3; tradução nossa. Disponível em: <www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2004-3-page-97.htm>.

^[2] *Idem*.

^[3] *Idem*.

^[4] *Idem*.

^[5] HARAWAY, Donna (1988) Situated knowledges: the science question in feminism and the provolege of partial perspective. *Feminist studies*, vol. 14, n. 3, pp. 575-599, Autumn 1988.

^[6] BUTLER, Judith; DAVID-MENARD, Monique; SANTOS, Beatriz; CREVIER GOULET, Sarah-Anaïs; DEBS, Nayla; POLVEREL Elsa (2015) Judith Butler et Monique David-Ménard: d'une autre à l'autre. *L'Évolution psychiatrique*, 80(2), p. 326, 2015; trad. nossa.

^[7] *Idem*.

^[8] BUTLER, Judith (1990) *Défaire le genre*. Trad. M. Cervulle. Paris: Ed. Amsterdam, 2006, p. 48.

^[9] RYAN, Joanna (2001) “Can psychoanalysis understand homophobia?”. In: DEAN, Tim; LANE, Christopher. *Homosexuality and psychoanalysis*. Chicago: University of Chicago Press, 2001, p. 308; trad. nossa.

^[10] *Idem*.

^[11] LAUFER, Laurie (2014) La psychanalyse est-elle un féminisme manqué?. *Nouvelle revue de psychosociologie*, n. 17, p. 20, 2014/1; trad. nossa.

^[12] *Idem*.

^[13] *Idem*.

^[14] PONTALIS, Jean Bertrand (1997) *Ce temps qui ne passe pas*. Paris: Gallimard, p. 56; trad. nossa.

^[15] *Idem*.